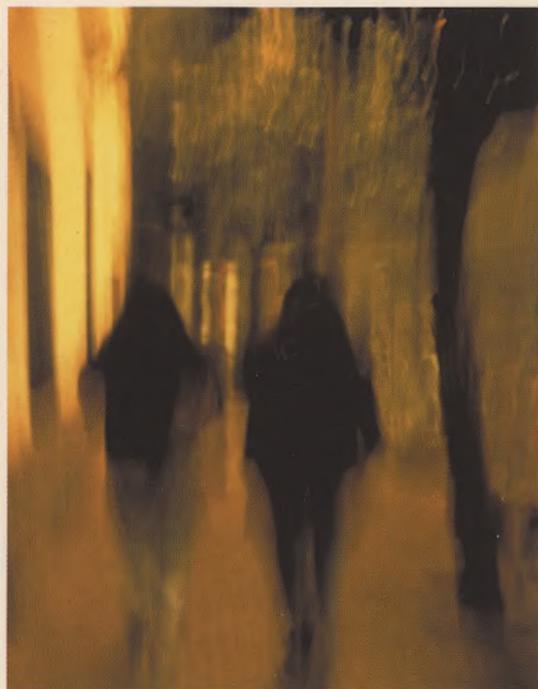


REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
DAS IDEIAS



HISTÓRIA E VERDADE(S)

VOLUME 23, 2002

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## O JORNAL REPUBLICANO CLANDESTINO

### A VERDADE

Houve entre nós numerosos jornais denominados *A Verdade*. Designadamente um de nítido apoio a Salazar.

Coincidindo em parte com a duração deste, houve porém um outro, que é o aqui estudado, fogosamente anti-salazarista e dirigido às ocultas por Armando Cortesão, do qual saíram pelo menos onze números, desde Julho de 1933 a Fevereiro de 1934. A escolha desse título como que parece ter tido em vista explicitar na prática o que já Raul Proença, em 1927, escrevera no seu segundo opúsculo sobre a Ditadura Militar: "a verdade, hoje, no nosso país é clandestina"<sup>1</sup>).

Armando Cortesão fora o primeiro director da Agência Geral das Colónias, cargo de que foi demitido em 14/3/1932. Exercendo aí uma actividade de propaganda colonial, embora com laivos de natureza liberal, perdera entretanto a confiança do novo regime para o

\* Advogado e Investigador.

P) *Panfletos - II - Ainda a Ditadura Militar, Lisboa, 1927. De publicação clandestina - e ostentando já que "não foi visado pela Comissão da Censura", após apreensão policial do I - , são raríssimos os exemplares existentes, mas os seus textos e o grafismo das capas estão reproduzidos respectivamente em Obra Política de Raul Proença, voi. III, Lisboa, Seara Nova, 1974, e por Alberto Pedroso, em Raid Proença - Panfletário e Jornalista de Folhas Clandestinas, Lisboa, ed. do autor, 1984.*

respectivo projecto de carácter imperial<sup>(2)</sup>. E o seu anti-salazarismo em breve o levou a empenhar-se naquela forma de luta.

O assunto não é ignorado pela historiografia nacional, mas a consulta e o estudo do processo policial a que deu origem em Coimbra (e outras pequenas achegas) permitem revelar agora alguns novos e interessantes aspectos, em particular quanto à fase coimbrã do j ornai <sup>(3)</sup>.

(2) José Luís Lima Garcia, *Armando Cortesão e a Primeira Fase da Agência Geral das Colónias, notas policopiadas, Coimbra, CEIS20, 2000.*

(3) Processo n.- 1/934 do Tribunal Militar Especial, contra Armando Cortesão e outros, arquivado no 2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa. Cf. também, no IANTT, os processos do Arquivo da PIDE n.os: 1053/SPS, contra Manuel Reis Gomes e outros; 1580/936, relativo a Jaime Cortesão e outros, fis. 22-36; 2106/S. Inf., referente a Cândido Nazaré; e cadastros políticos n.os 2249 e 5356, respectivamente de Reis Gomes e Armando Cortesão. Consultem-se vários números do jornal nomeadamente naquele primeiro processo e na Biblioteca Nacional (cota: AHS 3869) e ainda o n.º 8 no processo n.º 163/934 daquele tribunal (correspondente ao 1130/SDPS da PVDE), contra Amadeu Neves Ribeiro e outros, bem como os n.º 8 e 9 no Gabinete de Estudos Sociais do PCP. Parece existir uma colecção completa na posse de pessoa que porém não quer identificar-se para já. Leia-se também Jorge Peixoto, *A Acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade de Coimbra, Lisboa, INCM, 1976, pp. 41-45, 53 e 55 (separata do vol. I de Arquivo de História e Bibliografia 1923-1926).*

Vejam-se ainda cópias de algumas das ilustrações do n.º 9, publicadas por Maria da Conceição Ribeiro, em *Polícia Política no Estado Novo 1926-1945, Lisboa, Ed. Estampa, 1995, pp. 231-233, e breves referências de Luís Farinha, O Revirvalho - Revoltas Republicanas Contra a Ditadura e o Estado Novo, Lisboa, Ed. Estampa, 1998, pp. 220 e 290, Fátima Patriarca, Sindicatos Contra Salazar - A Revolta do 18 de Janeiro de 1934, ICS, 2000, p. 551 e as aí referidas, e Daniel Pires (como comissário científico) e outros, *Catálogo da exposição sobre A Imprensa Clandestina Portuguesa (1926-1974), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999, n.º 37, p. 25. O cabeçalho do n.º 7 figura a p. 33 do vol. XIII de História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias, direcção de João Medina, Amadora, Ediclube, 1994. E de um exemplar do n.º 5, pertencente ao arquivo pessoal do ora autor, foi feita a reprodução total fac-similada em Novembro de 2001, numa tiragem de 2000 cópias distribuídas com o catálogo da exposição intitulado de Imprensa da Universidade de Coimbra - A História, os Homens e os Livros, ainda então aberta desde Outubro, na Sala da Cidade. Um poema de Jaime Cortesão, "Maldição", publicado naquele n.º 9, aparece**

No ora citado estudo de Jorge Peixoto acerca de Joaquim de Carvalho, podem encontrar-se alguns contributos sobre a sua feitura, os seus colaboradores e algumas das prisões suscitadas, bem como um levantamento da quantidade de páginas e das dimensões (porque nem todas iguais) dos diversos números publicados. Porém e contrariamente ao que dele pode talvez depreender-se, não foi só o n.º 5 (datado de 5/10/1933) que foi feito em Coimbra.

Seguramente o foram também e pelo menos os n.ºs 2 (de Ago./1933) e 4 (de Set./1933, no mesmo mês do n.º 3), com 3.000 exemplares cada. Tal como o n.º 5 teve 4.000, estando previstos mais 1.000 que já não foi possível executar. Todos eles na tipografia de Manuel Reis Gomes, sita na Rua da Sofia, n.º 116, junto à Igreja do Carmo.

Não se afigura certo qual o local da impressão dos n.ºs 1 e 3, embora no dito estudo se fale de Lisboa, mas sem fundamentar a afirmação nem referir qual ou quais os números.

Os n.ºs 6 e seguintes terão passado a ser feitos em Madrid, tanto quanto parece e após fuga de Armando Cortesão. Em Madrid: decerto junto e com o apoio do grupo de republicanos ali exilados e habitualmente referidos como os "Budás", de que fazia parte o irmão daquele.

E só os da fase madrilena vieram a ter alguma uniformidade gráfica e de formato. A diversidade dos anteriores quanto a estes aspectos não é atribuível a hipotética diferença das tipografias utilizadas pois verifica-se também nos três indubitavelmente impressos na de Reis Gomes. Além de outras possíveis razões, visaria porventura desnortear as autoridades policiais?

Que haja conhecimento, foram publicados onze números ao todo, com diferentes formatos, números de páginas e tipos de letra.

Saíram oito em 1933: n.º 1, de Julho, com quatro páginas e 33,5 cm x 21,5 cm; n.º 2, de Agosto, com seis páginas e 33,5 cm x 21,5 cm; n.º 3, de Setembro, com quatro páginas e 27 cm x 20,5 cm; n.º 4, de Setembro, com oito páginas e 35 cm x 24,5 cm; n.º 5, de 5 de Outubro,

**reproduzido por Jacinto Baptista e outros, em *Jaime Cortesão - Raul Proença*, catálogo da exposição comemorativa do primeiro centenário, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, pp. 245-246, e - com a amável concordância de sua filha, Maria da Saude Cortesão Mendes - também a transcrever na íntegra, entre outros anexos, em próxima edição de um conjunto de estudos que abrange o presente.**

com quatro páginas e 51 cmX35 cm; n.º 6, de Outubro, com oito páginas e 35 cm x 24,5 cm; n.º 7, de Novembro, com oito páginas e 35 cm X 24,5 cm; n.º 8, de Dezembro, com quatro páginas e 35 cmX X24,5 cm. E mais três em 1934: n.º 9, de Janeiro, com dez páginas e 35 cm x 24,5 cm; n.º 10, de Janeiro, com quatro páginas e 35 cmX X24,5 cm; n.º 11, de Fevereiro, com oito páginas e 35 cm x 24,5 cm.

O n.º 9 incluía ilustrações, algumas a preto e vermelho, sendo também desta cor o próprio título. Dele se publicou mesmo uma segunda edição, ambas atingindo um total de dezoito mil exemplares em português e francês, e talvez uma terceira, "completa e aumentada", como pelo menos nessa foi anunciado. Conforme aliás foi acentuado na segunda edição, esse n.º 9 era "exclusivamente destinado ao martiriológico dos cidadãos que, em nome de uma pátria oprimida, protestam contra os seus desnaturados opressores".

A edição em francês, designada como "édition internationale" e apenas com nove páginas impressas, era acompanhada de um pequeno folheto em inglês impresso a verde e, por baixo do cabeçalho, inseria um esclarecimento acerca do que era o jornal, dirigido ao público estrangeiro. Fazia-o aliás algo jactanciosamente ao afirmar que "é somente por *A Verdade* que se pode conhecer a verdade sobre o que se passa neste país". Isto quando - mesmo sem falar em poucos mas relevantes órgãos sindicais e académicos, ainda que ultimamente limitados pela Censura - não só apareciam vários outros folhetos avulsos clandestinos, de diferentes sectores oposicionistas, como sobretudo já desde Fevereiro de 1931 tinha publicação regular o *Avante!*, órgão do Partido Comunista Português.

Curioso será também dizer que alguns exemplares de *A Verdade* foram impressos em papel vermelho, como pelo menos 12 dos 742 do n.º 5 apreendidos no Porto em 2/10/1933, quando a polícia descobriu o local de fabrico e daí seguiu até àquela cidade o operário que fazia o transporte.

Com grande impacto no país, chegou a inserir colaboração explícita, entre outros, de exilados como Afonso Costa (com um texto que a Censura cortara em *O Primeiro de Janeiro*), Jaime Cortesão (bem conhecido irmão do director) e Bernardino Machado, respectivamente nos n.ºs 5, 9 e 11. Se bem que não assinados, os vários artigos sobre temas coloniais (em que o ministro das colónias, Armindo Monteiro, era insistentemente zurzido e não perdoado), como decerto vários

outros, seriam muito provavelmente do próprio Armando Cortesão. Pena é não ter sido possível identificar o autor dos desenhos inseridos no n.º 9, ilustrativos das torturas policiais aos presos políticos. Aparentando serem de mão diferente, têm todavia um tratamento e estilo algo semelhantes aos de um postal libertário da mesma época, reproduzido em obras de há anos menos longínquos<sup>(4)</sup>.

Atacando aspectos diversos da política governamental, com especial incidência quanto a questões financeiras e ao próprio Salazar, denunciando os actos repressivos e as torturas, anticlerical e com insistentes apelos ao Exército e à Armada, porta-voz sem dúvida do reviralhismo, não deixou sequer de, no seu último número, se fazer eco do então recentíssimo movimento operário do 18 de Janeiro. Deste modo se compreende também que o seu desaparecimento tenha coincidido com o falhanço das tentativas reviralhistas ocorridas igualmente por essa época e que aliás parecem ter contribuído para os adiamentos desse movimento e para a orientação golpista que nele veio a predominar.

Tinha contudo um peso de artigos longos e técnico-financeiros decerto demasiado excessivo para a comunicabilidade de um periódico clandestino, não obstante se tratar de temática com inevitável recorrência face ao já então déspota que começara como "ditador das Finanças". Mas usava também uma chamativa e contundente linguagem. Um pequeno exemplo: substituindo uma conhecida fórmula "salazaresca" por a de "A bem da Ração!".

Ou então com um anticlericalismo extremado, mas ainda rentável, característico dos sectores oposicionistas que ao tempo permaneciam como mais marcantes, embora já em recuo face às novas forças antifascistas emergentes. Disso constitui amostra eloquente o que pode ler-se na 2.ª edição do n.º 9: "Salazar, delegado do papa, teve artes de afiar umas tantas espadas nacionais, espécie de 'suiços' portugueses de guarda à agência do Vaticano em Portugal"; e "os horrores que Salazar diariamente manda praticar em cumprimento da secreta vontade de Roma dariam volumes".

(4) **Acácio Tomás de Aquino, O Segredo das Prisões Atlânticas, T. Vedras, A Regra do Jogo, 1978, p. 192 [III], e a já cit. História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias, vol. XIII, p. 163.**

Não surpreende pois que, segundo se dizia no n.º 3, a Ditadura teria até oferecido um "prémio de 40 contos" a quem descobrisse quem fazia o jornal. E a partir do n.º 4 já se proclamava no cabeçalho como "o jornal mais avidamente lido em Portugal".

Irritava mesmo e profundamente os meios mais reaccionários, do que é paradigma o diário nacional-sindicalista da tarde *Revolução Nacional* publicado em Lisboa e dirigido por Manuel Múrias, no qual, sob o título de "Traidores! Traidores!" à largura de quase toda a primeira página do seu n.º 13, de 15/3/1934, um articulista vazava todo o seu ódio contra o que apelidava como "um grupo de maus portugueses" que faziam essa "folha ignóbil", em particular a propósito do referido n.º 9 e de que dava alguns detalhes, com o mérito até de deixar para a posteridade uma curiosa notícia: "Esse miserável papel é distribuído em Madrid na estação, à partida do comboio para Portugal, dentro de envelopes impressos como se fossem do *Secretariado de Propaganda Nacional* e com a recomendação de ler e divulgar".

Já antes, fora emitida uma nota oficiosa governamental de 27/11/1933, publicada no dia seguinte<sup>(5)</sup>, na qual e além de outros aspectos se falava de um jornal - sem lhe citar o título mas aludindo genericamente à "baixeza da propaganda feita" - que era expandido a partir de Coimbra e em cuja "feitura e distribuição" estariam "implicados certos elementos da Imprensa da Universidade". Outro não podia ser senão *A Verdade*. Ainda mais anteriormente, logo na época do ataque policial em Outubro, haviam corrido boatos de que o jornal era na realidade feito na Imprensa da Universidade e/ou com material tipográfico a ela pertencente mas nunca antes utilizado. Jamais tal se averiguou e nem sequer a esse respeito há qualquer alusão no processo organizado pela polícia política, na altura a recém-criada PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado).

Mas permanece a dúvida quanto aos n.ºs 1 e 3, não podendo esquecer-se que os promotores locais do jornal eram Armando Cortesão (com dupla residência, em Lisboa e na sua quinta de São João do Campo, arredores de Coimbra) e Cândido Augusto Nazaré, chefe dos Serviços Gráficos daquela Imprensa, melhor dito o seu

(5) *Diário de Notícias*, n.º 24363, 28/11/1933, p. 1, e *O Século*, n.º 18576, 28/11/1933, pp. 1 e 2.

"Director das Oficinas", afamado bibliófilo e irmão do proprietário de uma farmácia existente em Coimbra, onde persiste com o mesmo nome. E ainda hoje não falta quem, com aparente conhecimento de causa, mantenha convicção e lembrança (mas sem conseguir recordar os pormenores factuais que as apoiam) de que do depósito da indicada Imprensa universitária saiu tipo para a confecção do jornal e que um seu tipógrafo, Guilherme de Moura Vieira, terá também sido compositor do mesmo<sup>(6)</sup>. De que números e onde? - cabe perguntar. Mas não deixa isto de se adequar a averiguadas *andanças* de sacos com material tipográfico e de locais de esconderijo e de composição. E não poderá igualmente estar aqui a pista para a presumível composição dos n.ºs 1 e 3, pelo menos deste, também em Coimbra?

Igualmente se questionou já se o próprio Administrador da Imprensa da Universidade, o Prof. Joaquim de Carvalho, não teria algo a ver com o caso, pelo menos um conhecimento silencioso e

(6) **Cartas enviadas ao ora autor por José Coelho Fernandes Colaço, em 27/10/1997 e 20/9/2000, o qual também era tipógrafo na Imprensa da Universidade. Para melhor identificação de José Colaço, comunista e ao tempo também membro do Grupo Esperantista e da Sociedade Gímnica de Coimbra, vindo a falecer em Queluz, em 5/8/2001 - cf. *Diário de Coimbra*, n.º 23818, 6/8/2001, p. 4 -, veja-se Alberto Vilaça, na Nota Extra a pp. 139-140 de *O MUD Juvenil em Coimbra - História e Estórias*, Porto, Campo das Letras, 1998, e também José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política*, Lisboa, Temas e Debates, vol. 2, pp. 64, 87,108,194 e 195.**

Ao assunto tratado naquelas cartas, e na esteira de Peixoto, alude também Luís Reis Torgal em "*O contexto político da extinção da Imprensa da Universidade pelo Estado Novo*", incluído em *AAW, Imprensa da Universidade de Coimbra - Uma história dentro da História*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2001, p. 116. Este mesmo autor refere-se ainda ao jornal e com amável alusão ao presente trabalho (quando ainda inédito), em comunicação feita em Seia, no mesmo ano e nas Jornadas Históricas sobre Afonso Costa, sob o título "*Duas verdades - Salazar e Afonso Costa*" e constante das respectivas Actas a publicar.

Ainda sobre a hipotética origem de parte do material tipográfico utilizado em *A Verdade*, e caso o fosse da Imprensa da Universidade mas não virgem, aqui fica uma ideia que talvez pudesse ajudar à resposta: fazer-se um exame técnico, que não teve lugar, comparativo das letras e outros sinais gráficos de exemplares dos jornais feitos em Coimbra e dos de livros ao tempo editados por aquela empresa.

assim permissivo de factos como os apontados. Nada o garante. Mas uma carta há de Cândido Nazaré que de algum modo dá a entender que sim<sup>(7)</sup>.

(7) Carta para Manuel Monteiro, não datada mas de 16/8/1934 segundo o carimbo do correio. Como quase todas as a seguir referidas, tem o seguinte timbre, mas riscado em cruz: logotipo com as armas da República - Imprensa da Universidade - Coimbra - Portugal - Gabinete do Director - das Oficinas. Todas inéditas, encontram-se no espólio do destinatário, conservado pelos seus familiares na Casa do Pinheiro, em Lagares da Beira, e cujo empréstimo amavelmente facultaram.

Nesta e noutras cartas da mesma época e para o mesmo destinatário, num total de dez (24/7/1934, 1/8/1934, 16/8/1934, 27/8/1934, 16/9/1934, 19/10/1934, 4/11/1934, 28/11/1934, 7/12/1934 e 21/12/1934) e todas enviadas de Coimbra, Cândido Nazaré - que, como adiante se explicará e após fuga de vários meses, reaparecera e pagara uma para o tempo pesada multa em que veio a ser condenado e que, incluindo alcavalas, atingiu 17.668\$00 - faz acerbas e repetidas queixas contra Joaquim de Carvalho, que acusa de lhe "Techar a porta da Imprensa" não o deixando reassumir o lugar, e critica também o seu "republicanismo" pois à data da recente extinção da Imprensa Universitária fizera ou tinha em preparação a edição de obras de Alfredo Pimenta, João Ameal, Manuel Anselmo e uma outra contendo insultos a republicanos. O azedume de Nazaré era intenso. É certo que se ausentara do cargo desde há meses e viera a sofrer uma condenação de suspensão temporária de direitos políticos que implicava a suspensão de funções públicas segundo o art.º 77.- do Código Penal então vigente. Parece porém que, ao tempo da sua apresentação, e como se extrai dos autos, a recentíssima sentença ainda não teria transitado em julgado nem teria sido comunicada oficialmente à Imprensa.

No ponto que em especial aqui interessa e naquela primeira carta, indiciando que algo comprometeria ou seria do conhecimento do Administrador, dele escrevia que "além de proceder ilegalmente, não tinha autoridade moral, como sabe, no assunto da *Verdade* em me expulsar". Por seu turno, a expressão "como sabe" - conjugada com agradecimentos e outras passagens das cartas que evidenciam acolhimento recente na terra de Manuel Monteiro, com o facto de que um dos outros fugitivos viera a ser preso numa povoação vizinha, São Paio de Gramaços, e ainda com a conhecida actividade de Manuel Monteiro como polígrafo - faz admitir que também ele algo teria a ver com o jornal ou a ajuda à fuga de alguns dos implicados, como o próprio Nazaré.

Ainda quanto ao referido professor universitário, e embora sem indicação de fontes ou provas, também o "segredo" em que estaria a respeito

Certo parece ser que o promotor da edição do n.º 2 na tipografia de Reis Gomes terá sido Nazaré, aparecendo também já como tal o próprio Cortesão quanto aos n.ºs 4 e 5 e ambos acompanhando parcial ou totalmente a composição e a impressão, bem como fazendo a revisão de provas. O n.º 5 foi composto em casa de João Gomes Júnior, proprietário de uma mercearia sita a uns vinte metros da tipografia, no n.º 108 da mesma rua. Os trabalhos tipográficos eram feitos pelo próprio Reis Gomes e por António Borges Clemente e António Maria de Oliveira, além de outros serviços do aprendiz Henrique José Pereira de Matos e do servente Manuel Pereira Júnior, estes dois últimos menores de idade. Chegaram até a ser acompanhados por um ou outro dos adiante indicados e habituais frequentadores da mercearia de João Gomes Júnior. E várias outras tarefas foram efectuadas pelos filhos deste - Jaime, Mário e José Gomes dos Santos.

A maior parte dos exemplares, logo que impressos, e bem assim do tipo utilizado era escondida no mencionado estabelecimento de géneros alimentícios, de onde era feita também a distribuição - nomeadamente em automóvel pertencente a Adelina Sousa Nunes, residente em Lisboa e irmã da esposa de Armando Cortesão, conduzido por este, e através de outros meios. Inclusive e como sucedeu com a totalidade dos exemplares do n.º 2, em dois cestos cobertos e deste modo disfarçados com feijão verde, levados a casa de Cândido Nazaré, situada a pouco mais de 300 metros, na Rua Direita, n.º 42, o qual lhes terá dado os respectivos destinos.

Como é sabido, ao tempo a composição tipográfica era feita com montagem de letras uma a uma. Havia portanto que as redistribuir depois alfabeticamente pelas respectivas caixas. Por isso, por falta de tempo para efectuar de imediato esse trabalho e para evitar que uma eventual busca policial verificasse as chapas ainda compostas, foram escondidas muitas delas na mencionada mercearia, como ficou dito, na carpintaria de Augusto Monteiro, instalada na também próxima Rua da Nogueira, e noutros locais.

**do jornal clandestino foi referido por José Pires Lopes de Azevedo, em *Roteiro da Exposição - Homenagem ao Professor Doutor Joaquim de Carvalho*, Com. Adm. Câm. Mun. Figueira da Foz, 1976, p. 23.**

A distribuição do jornal era feita para diversos pontos do país mediante contactos com várias pessoas. Nomeadamente e que se tenha averiguado, embora nalguns casos frustradamente, o escultor João da Silva (em Lisboa), o médico Fernando Azeredo Antas (no Porto), José da Silva Ribeiro, chefe da Redacção do jornal *A Voz da Justiça* (na Figueira da Foz), e o comerciante António Marques (também em Coimbra). Provavelmente ainda António Sérgio, talvez não quanto a estes primeiros números mas tão só quanto a alguns dos posteriores, pois muito mais tarde, em 1936, veio a saber-se que houvera cerca de 2.000 exemplares em seu poder e que por circunstâncias ignoradas não chegaram a ser distribuídos<sup>(8)</sup>. Isto, sem falar noutras alusões não provadas, mas verosímeis, como Braga, Aveiro, Tomar e Faro. Em Coimbra, até apareciam alguns números metidos por baixo das portas das salas de aulas do Liceu Júlio Henriques<sup>(9)</sup>.

Além dos atrás referidos participantes na manufactura e transporte dos jornais e do material tipográfico, outras pessoas se apurou terem colaborado de um ou de outro modo na distribuição: Brás Ferreira Leitão (empregado comercial) e António Rodrigues Pires (pracista). E, como já ficou dito, a mercearia de João Gomes Júnior era também frequentada assiduamente por tertúlias de vários "desafectos" ao regime, alguns já nomeados e outros, que pelo menos aí e em diferentes locais terão recebido e depois passado a terceiros alguns números de *A Verdade*, pois mais não se averiguou nos autos, como sejam: João Marques Perdigão (escrivão de Direito e último administrador do concelho à data do 28 de Maio), António Malva do Vale (médico e antigo governador civil do distrito), Francisco Caetano

<sup>(8)</sup> Jacinto Baptista, *Disse Chamar-se António Sérgio de Sousa...*, Lisboa, Ed. Caminho, 1992, pp. 58 e 96. Também em 19/4/1934 foram apreendidos 90 exemplares do n.º 8 a Adelino Alves (um reviralista com cadastro desde o pós-sidonismo, participante no 20 de Julho ou "Revolta do Castelo", em 1928, e também no 18 de Janeiro), como se vê no citado processo 163/934, a fis. 41, 42-42 v., as repetidas 42-43v. e ainda 54.

<sup>(9)</sup> Informação, como de alguns outros pormenores, fornecida por José Ernesto Mesquita Rodrigues - que fora aluno daquele liceu e veio a ser reitor da Universidade de Aveiro - em entrevista de 22/6/1993, aquando da preparação do livro do ora autor *Para a História Remota do PCP em Coimbra 1921-1946*, Lisboa, Ed. Avantel, 1997, tal como outras a seguir invocadas.

(dono de uma loja de rodas), Joaquim Abreu Couceiro (dono de uma casa de mobílias)<sup>(10)</sup>, João Erce de Carvalho (um "doutor" residente na Quinta do Areiro) e Antonio das Neves Rodrigues<sup>^1</sup>).

Quanto aos números de *A Verdade* feitos em Coimbra - com natural ressalva dos não apreendidos e que ainda terão podido ser distribuídos -, a actividade terminou em 2/10/1933. É natural que, destroçada a rede local, também os seguintes possam ter passado a dispor de menor divulgação nesta cidade<sup>(12)</sup>.

Como pôde a polícia intervir? Segundo o n.º 6 do jornal (de Out./1933, presumivelmente já impresso em Madrid), e a p. 8, tratar-

(10) Curiosamente se vê, dos autos de perguntas a este e aos demais presos, que por sistema neles figurava como "testemunha" um tal António Rodrigues Cardado, "empregado comercial" que depois e durante décadas, já como inequívoco agente da PVDE-PIDE-DGS, era bem conhecido em Coimbra como "o calceteiro", em alusão a uma sua antiga profissão.

Por outro lado, talvez valha a pena contar aqui um pormenor algo anedótico que acompanhou a prisão de Joaquim Abreu Couceiro, conforme relato de seu sobrinho António de Abreu Couceiro, em entrevista de 8/10/1993 ao ora autor. Foi o caso que "o 11" - como se apresentava e era conhecido o agente da PSP Artur da Costa, também habitual colaborador da polícia política e que já seguira António Clemente até ao Porto, aí o prendendo - se deslocou à casa de mobílias pertencente aos irmãos Couceiro, para prender o denunciado no processo. E aí declarou que vinha prender "o Sr. Couceiro", ao que lhe foi perguntado "qual deles?", pois havia dois, o Joaquim e o António. Como não sabia qual ia prender, levou os dois dizendo e referindo-se à Alta cidadina (onde se localizavam o Comando e as celas da PSP): "lá em cima se verá então qual é".

(11) A família de Neves Rodrigues, *maçon* e pai do referido Mesquita Rodrigues, teve então a solidariedade financeira de "irmãos" da Loja Germinal, conforme se vê de uma carta de um destes para outro, datada de 19/3/1934 - cf. doc. 2.4.01 do arquivo dessa loja, constante do espólio de Cristina Torres, no Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz.

(12) E disso indício - claro que puro indício, mas talvez significativo - que, quando em 12/1/1934 a PVDE passou busca e apreendeu numerosas publicações anarquistas a Manuel Cunha Maia, membro do Comité Sindicalista Revolucionário preparatório do 18 de Janeiro em Coimbra, além daquelas só levou o n.º 5 de *A Verdade*, ou seja o último feito nesta cidade, e não aparecendo então exemplares dos três ou quatro seguintes, entretanto publicados. Cf. proc. 14092 do 3.º Juízo Criminal de Lisboa, fis. 37-37 v.

-se-ia de um "mero acaso: a filha da mulher do dono da tipografia soube que lá se publicava qualquer coisa clandestina, o que confidenciou a um namorado, bandido que já tinha pertencido à polícia de informações, donde fora expulso mas onde já está de novo", e, uma vez presos "três pobres tipógrafos, cuja responsabilidade é mínima, foram horrorosamente espancados e martirizados, até referirem os nomes de uma ou outra pessoa que sabiam estar ligadas à publicação de *A Verdade*".

Se o apontado meio pelo qual a polícia tomou inicial conhecimento do caso é exacto, o *confidente* e denunciante é necessariamente o famigerado torcionário Fernando Gouveia. Com efeito, não só ele estava nessa época afastado da polícia política, diga-se que apenas *formalmente* e com ela continuando a colaborar em profundidade<sup>(13)</sup>, como ele próprio veio a depor nos autos em 19/5/1934, identificá-lo como divorciado e funcionário do laboratório da Polícia de Segurança Pública de Coimbra, prestando outras declarações significativas.

Assim é que disse designadamente ter sido ele a encontrar Manuel dos Reis Gomes em Lisboa, em fins de Fevereiro e quando fugido à polícia, tendo-o feito acompanhar à sede da PVDE, onde ficou preso. E mais, que quando prestara serviço na Delegação da Polícia de Informações em Coimbra tinha conhecimento por intermédio do seu "pessoal secreto" que Reis Gomes, João Gomes Júnior e vários dos outros presos "eram desafectos à situação e conspiravam contra ela".

Tudo isto e o facto de que, em especial a esse tempo e como bem se verifica nos autos, a PSP era um apoio fundamental da PVDE - tendo-lhe mesmo competido intercalarmente parte das funções da

<sup>(13)</sup> Isto se vê em vários processos da época, em que figura não nessa qualidade mas identificado por exemplo como empregado de laboratório da PSP. Este sujeito era de tal ordem que já em Abril de 1931 fora molestado fisicamente por vários estudantes a murro e a pontapé, e escorraçado da sede da Associação Académica de Coimbra, onde ousara entrar. Nesse confronto se destacou um daqueles, o "Xabregas" (director de *O Negro* e fundador do grupo do Fado Académico), o que lhe ocasionou posterior prisão. Cf. Mário Cal Brandão, *Os Estudantes no Regime Fascista*, Mem Martins, CLNSRF, 1.- vol., 1983, p. 171, e António Macedo, *Na Outra Margem de Abril Lisboa*, O Jornal, 1988, p. 118.

anterior e substituída Polícia de Informações - constituem sem dúvida factores credibilizantes do que *A Verdade* dizia.

De qualquer modo, porém, os cuidados conspirativos estariam realmente longe de ser os melhores e as forças policiais não terão actuado mais cedo porque e como se viu "[...] só sabem o que lhes dizem". Assim se pronunciou há anos o sapateiro Guilherme Luís, bem conhecido resistente antifascista de Coimbra, hoje já falecido<sup>(14)</sup>. E opinou igualmente então que o jornal era "semi-clandestino" pois muita gente sabia onde estava a ser feito, consoante era o caso dele próprio através de amigos que trabalhavam na tipografia de Reis Gomes, como o publicista Adriano do Nascimento, ali colaborador no escritório e também revisor na Imprensa da Universidade, mas não preso, e outros. Teria mesmo mandado avisar Cândido Nazaré dias antes da investida policial e por intermédio de outro amigo, Raul Ribeiro dos Santos, um tipógrafo subordinado daquele.

Mais disse Guilherme Luís ter vindo a ser detido durante um ou dois dias (mas tal não consta do processo) porque a polícia desconfiava de que ele próprio algo tivesse a ver com *A Verdade* e procurava saber de umas "quintas" em que se teriam feito reuniões preparatórias do jornal.

Presos a sério foram muitos outros, a par dos vários interrogatórios e outras diligências que se processaram de seguida às já mencionadas e iniciais prisão e apreensão ocorridas no Porto. Tudo conduzido por uma brigada da PVDE que logo se deslocara a Coimbra e para o efeito se instalara no Comando da PSP. Entre eles são de apontar quase todos os já indicados, inclusive alguns que andaram fugidos mas vieram a ser apanhados: Reis Gomes, como já se explicou, e ainda Mário Gomes dos Santos (descoberto em São Paio de Gramaços) e Jaime Gomes dos Santos. O escultor João da Silva foi mesmo preso com grande aparato policial, cuja entrada em casa foi retardando enquanto queimava, mas sem êxito completo, diversos exemplares do jornal. Foram todos os presos atirados para as masmorras do Porto, e também do Aljube de Lisboa. Depois, para a Fortaleza de São João Baptista, em Angra do Heroísmo.

Transferidos entretanto para a Fortaleza de Peniche na madrugada de 19/11/1933 e aí concentrados com outros presos políticos de

(14) Entrevista de 29/4/1993, ao ora autor.

várias origens, num conjunto de 143 (militares e civis, incluindo republicanos, comunistas, anarquistas e sindicalistas), de lá embarcaram no vapor Quanza, fundeado às 8 horas desse dia a 500 metros da praia sul da vila. O transporte dos numerosos presos, da fortaleza para o navio, fez-se em várias levadas e em rebocador, durante toda a manhã e com repetidos gritos de "Viva a República". Seguiram então para Angra do Heroísmo, a onde chegaram no dia 22<sup>(15)</sup>. No velho casarão filipino da Ilha Terceira, e embora com algumas diferenças de "classe", ficaram metidos entre paredes de casernas lóbregas e húmidas, com janelas gradeadas e só a grande altura, apenas conseguindo ver uma nesga do céu e a crista do monte Brasil, sobranceiro ao forte, sem sequer avistarem o mar.

Alguns deles tinham já, aliás, prisões e mesmo deportações anteriores, como Malva do Vale e Neves Rodrigues, ou viriam a tê-las de novo, como José Gomes dos Santos.

E houve até quem recolhesse depoimentos escritos de vários dos deportados para Angra do Heroísmo, nomeadamente dos de Coimbra, nos quais são descritas algumas condições prisionais e sobretudo as torturas policiais sofridas, com pormenores até perfeitamente correspondentes às gravuras entretanto publicadas no n.º 9 do próprio jornal<sup>(16)</sup>.

(15) *A Verdade*, n.º 9, pp. 9 e 10, onde se reproduzem cartas com depoimentos de deportados. Provas tipográficas de 19/11/1933, 20/11/1933 e 4/12/1933, em "Cortes da Censura a O Século", caixa 608, IANTT. Cf. ainda a entrevista com José Ernesto Mesquita Rodrigues, como anteriormente se disse filho de um dos deportados. Quanto a estes factos, embora não os relacionando com as prisões originadas pelo caso de *A Verdade*, veja-se também Fátima Patriarca, *ob. cit.*, pp. 201-203 e 209, e os locais aí indicados.

(16) Veja-se cópia dactilografada com alguns desses depoimentos, recolhidos por um dos presos, que assina "Ribeiro" em pequeno manuscrito dirigido aparentemente ao antifascista de Coimbra e médico Manuel Matos Beja, que por seu turno fez entrega desses documentos a Joaquim Namorado, em cujo espólio se encontram, no Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira. Segundo esse manuscrito, seriam 141 os deportados em 19/11/1933 - embora outras fontes refiram o número de 143 e até 150 - e no intróito da parte dactilografada lê-se: "Companheiros da minha deportação em Angra do Heroísmo, durante um ano, em 1934, em regime de incomunicabilidade, na Fortaleza de S. João Baptista, que sofreram maus tratos e torturas, conforme declarações escritas e assinadas pelos próprios". O manuscrito é sem dúvida

Escaparam porém, apesar de imediatos mandados de captura e porque fugiram, só aparecendo após o julgamento, os responsáveis principais - Armando Cortesão (nem sequer regressado de imediato e sim exilado em Madrid, a partir de 1936 em Inglaterra até final da 2.ª Guerra Mundial, e alguns anos mais em Paris, só voltando em 1952<sup>(17)</sup>), Cândido Nazaré (de imediato ausente da Imprensa da Universidade, sem licença segundo ofício do seu Administrador, Joaquim de Carvalho, em resposta a outro do comandante local da PSP) e João Gomes Júnior - e ainda João Erce e Francisco Caetano.

O primeiro, avisado talvez pelo terceiro em São João do Campo, conseguiu deslocar-se para a Figueira da Foz. Embora se trate de factos ignorados no processo, aí terá procurado o auxílio dos activistas da Delegacia local da Universidade Livre, Cristina Torres e seu marido, Albano Duque, este também correspondente do jornal *República*, os quais terão providenciado para o seu alojamento por uma ou mais noites numa discreta pensão, de nome "Fundão", e para o chamamento de um táxi<sup>(18)</sup>. Viajando neste, conduzido por António Cação, pôde assim, no dia 6 de Outubro, partir daquela cidade da orla marítima para Escalhão, a cerca de uma dúzia de quilómetros de Barca de Alva e meia dúzia da fronteira. Não sem várias cautelas no percurso, inclusive deixando de passar por Coimbra, que seria o caminho mais normal, por aí ser bastante conhecido. Chegado ao destino, por volta da meia noite, procurou e foi apoiado por José da Silva Eivas, um ex-sacerdote que aliás, segundo este disse à polícia,

de José da Silva Ribeiro, como se verifica pelo seu cotejo com outros da autoria deste, existentes no Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz - o que foi facilitado por amável cedência de fotocópias por Ana Paula Cardoso - e também no espólio de Manuel Monteiro. A título de exemplo se esclarece que um desses depoimentos é o do conimbricense Brás Ferreira Leitão.

<sup>(17)</sup> Armando Cortesão, *Cartas de Londres - 1941-1949*, Coimbra, BGUC, 1974, p. VI. E ainda Jorge Santos Carvalho, "A legação jugoslava e a oposição antifascista portuguesa (1945-48)", em *Vértice*, n.º 98 (II), Nov.-Dez. 2000, pp. 64, 65 e 73, e Alberto Vilaça, "Com Bento Caraça, estudar, agir e lutar sempre", *Avantel*, n.º 1429, 19/4/2001, pp. 14-15.

<sup>(18)</sup> Informação oral da comerciante figueirense Celinda Carvalheiro em 24/8/2000 (agora já falecida em 25/12/2000, com 85 anos mas bem lúcida), a qual viera a saber dos factos, anos depois, por uma filha da dona da dita pensão.

não conhecia pessoalmente, em cuja casa se recolheu até ao alvorecer do dia 8, possuído de natural nervosismo.

Atravessou então a fronteira, também com o auxílio de um sapateiro, Augusto César Henriques, e tendo o antigo padre conseguido obter previamente do respectivo dono a chave para acesso ao local de passagem, numa quinta privada e próximo ao posto da Guarda Fiscal denominado "Caseta". De resto, sendo os três vistos por um guarda fiscal, que por eles foi no momento convencido de que iam à caça. Mesmo assim desconfiado e escondendo-se à espreita, já nada pôde fazer quando algum tempo depois os viu cruzarem a fronteira por um açude (o "Açude de Obregão") sobre o rio Águeda, afluente do Douro, e em frente à povoação espanhola de La Fregeneda<sup>(19)</sup>. Deixadas na quinta as duas malas de mão de que era portador, por impossibilidade de as transportar no ombro durante a travessia do rio, Cortesão mandou buscá-las dias depois por meio de um espanhol que para tanto solicitou a Eivas a chave daquela, que terá ficado depois na respectiva porta.

Acrescem ainda alguns pormenores, fornecidos por a própria *A Verdade*, a p. 8 do n.º 9 e com ínfimas *nuanças*. Embora não mencione nomes, locais, datas e outros aspectos comprometedores, refere-se sem dúvida a esta fuga ao falar de "um colaborador deste jornal". Estava "na província", foi prevenido antes da polícia chegar a sua casa, fugiu "no automóvel de uma senhora da sua família" para uma estação de caminho de ferro e daí se trasladou para "outro sítio". "Supôs a polícia do Salazar, mas enganou-se", que ele estava escondido "numa cidade próxima", onde vigiou comboios, embarcações, casas e pessoas

**(19) A convergência e a coerência dos diversificados testemunhos disponíveis e de outros elementos objectivos - inclusive em autos de declarações de todos os apontados protagonistas directos, de que só o fugitivo e o processualmente ignorado casal figueirense não foram ouvidos, bem como várias peças escritas da Guarda Fiscal e da PVDE, e até a apreensão policial do táxi usado na fuga - não permitem dúvidas sérias quanto à versão desta agora apresentada. Ignorando embora as hipotéticas fontes da que se lê a p. 424 do vol. III do *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, em edição do IBNL e Europa-América, Lisboa, 1994 - fontes não conseguidas identificar apesar das tentativas feitas perante responsáveis da obra e da pronta resposta de Eugénio Lisboa -, essa outra é pois necessariamente fantasista, quanto ao local e às circunstâncias.**

mais conhecidas. Mas na realidade o fugitivo entrou "um dia" na referida cidade, onde veio a alugar um automóvel de praça que o levou "a certa povoação fronteiriça", aí chegado "à uma hora da madrugada" e chovendo torrencialmente. Na casa que o acolheu so teria passado "o resto da noite" (mas parece que talvez o resto de uma, o dia seguinte e a primeira parte de outra).

Sem detalhes quanto ao mais que se seguiu na sua aventura, fala contudo e ainda da demissão do foragido, do "roubo" do automóvel pela polícia e das várias prisões e deportações que se seguiram. Porém, permanece de pé a pergunta: se, quando com a polícia no encalço, acaso não se deslocou de imediato para a cidade da foz do Mondego, onde e como terá passado os dias intercalares?

E duas outras questões ocorrem: que mais se sabe de José da Silva Eivas? O que poderá ter facilitado o acesso de Cortesão até ele?

A resposta à primeira talvez ajude a vislumbrar como responder à segunda. José da Silva Eivas era nada mais nada menos que um *maçon* iniciado, já no estado de casado, em 23/8/1930 e na loja Fernandes Tomás, da Figueira da Foz, de que em breve fora dado por "quite", em 2/10/1931, a fim de fundar "um triângulo" maçónico na Guarda. Do seu processo de iniciação<sup>(20)</sup> - para que foi proposto por um dos presos figueirenses aquando dos acontecimentos locais relacionados com os movimentos revolucionários em Fevereiro de 1927 - consta ser "um cidadão de ideias democráticas" e que era também colaborador habitual de *A Voz da Justiça* sobre temas económicos e financeiros. Também aí consta ter adoptado o nome simbólico de "Sieyés", que se sabe ter sido um cónego com participação destacada em vários episódios da Revolução Francesa, o que bem se adequa à qualidade de ex-sacerdote do próprio Eivas. Como não imaginar

<sup>(20)</sup> **Arquivo da indicada loja, pasta 1-SSR, documentos 06-01 a 08 (referido Arquivo Municipal). Isabel Henriques, catálogo sobre A Maçonaria na Figueira da Foz (1900-1935), peças n.ºs 37 a 44 (correspondentes àqueles documentos), pp. 31-32, e A Loja Fernandes Tomás, n.º 212, da Figueira da Foz (1900-1935) - O Arquivo - A História, Div. Museu, Bibi, e Arquivos, da Câ. Mun. Fig. Foz, 2001, pp. 23, 111-112, 118 e 156. E ainda A Voz da Justiça, n.º 2534, 27/7/1927, pp. 1-3. Nada aí consta a respeito de A Verdade e da aventura partilhada por Eivas, mas foi sem dúvida uma óptima coincidência a recente publicitação da sua filiação maçónica e que assim possibilitou ligar as peças deste puzzle.**

assim que possa ter sido José da Silva Ribeiro ou Albano Duque - outros *maçons*, por sinal pertencendo até o primeiro àquela loja - a indicá-lo a Cortesão, porventura mesmo a de qualquer forma credenciar este para aquele?

Claro é por outro lado que - com excepção dos que precederam o taxista, omitidos à polícia -, todos os auxiliares da fuga foram descobertos e também despachados para o presídio de Angra do Heroísmo. O automóvel utilizado por Cortesão no transporte dos jornais, de marca Marmon, veio a ser apreendido em Lisboa, tal como também o do taxista, um Fiat. Entretanto, a tipografia fora imediatamente encerrada e selada, com prévia apreensão de máquinas, utensílios e tipos. Foram entregues à PSP, que com tudo ficou, tendo vindo todos esses objectos e os carros a ser declarados perdidos a favor do Estado pelo Tribunal Militar Especial.

Todavia, e diferentemente do que se diz na separata inicialmente citada, não é exacta a afirmação de que "Todo o material gráfico foi apreendido". Na verdade, boa parte do tipo salvara-se, escondida talvez nos escaninhos da mercearia de João Gomes Júnior ou noutra local, e seu filho José Gomes dos Santos veio mais tarde, cerca de 1935, a fazê-lo chegar dentro de um saco ao Partido Comunista Português, que dele pôde assim passar a usufruir<sup>(21)</sup>.

Mas os objectos efectivamente apreendidos na tipografia foram submetidos a peritagem e avaliados em 85.000 escudos, o que hoje corresponde já a bem mais de 12.966.558 escudos<sup>(22)</sup>, ou sejam 64.676,91 euros, pois estes já andam por aí. Para além das muitas prisões, que na sua maioria nem sequer vieram a ser dadas como justificadas pelo próprio tribunal "salazaresco" (usando uma das já referidas expressões legíveis no jornal em causa), e da mordança que, neste como em incontáveis casos, foi imposta à livre expressão do pensamento pelo regime fascista, foi pois aquele o substancial valor com que este se locupletou então.

(21) Alberto Vilaça, citado livro sobre a história do PCP em Coimbra, p. 148.

(22) Valor em 7/3/2001, conforme certidão dessa data, emitida pelo Director Regional do Centro do Instituto Nacional de Estatística, Henrique Soares de Albergaria.

E só mais tarde, em 1937, *A Voz da Justiça* veio a ser extinta pela polícia política, tendo o último número vindo a lume em 20 de Julho desse ano. De resto, e como na altura se tornou público, com grande indignação dos espíritos democráticos, agravada pelo confisco da respectiva tipografia e, segundo a tradição oral, a sua entrega a urna instituição sita em Semide (Miranda do Corvo), administrada por Bissaia Barreto<sup>(23)</sup>.

No que respeita à maior parte dos presos, acabaram realmente por ser considerados como não constituindo "crimes" os factos por eles praticados, sem submissão sequer a julgamento e sendo mandados soltar em 22/6/1934, o que porém só se concretizou em... 1/8/1934. Feitos dois julgamentos, um no Porto e à revelia quanto aos três fugitivos principais e outro em Angra quanto aos ali presos e não mandados soltar, vieram finalmente as condenações: multas pecuniárias, convertíveis em prisão correcional quando não pagas no prazo legal, para Armando Cortesão, Cândido Nazaré - que perdeu também o seu lugar de funcionário público -, Reis Gomes e João Gomes Júnior - prisão correcional, com desconto do tempo já cumprido, para António Borges Clemente e António Maria de Oliveira (mas só libertados meses e semanas após o cumprimento das penas); e todos eles em perda dos direitos políticos durante cinco anos. Absolvidos: os menores Manuel Pereira Júnior e Henrique José Pereira de Matos. Posto "à disposição do governo", Reis Gomes jazeu na prisão vários anos por acréscimo à pena aplicada, e em boa parte na Penitenciária de Coimbra, de onde só saiu em Maio de 1938. Quanto aos fugitivos, ainda em 26/1/1937 eram passados mandados de captura contra Cortesão e João Gomes Júnior, e de novo em 11/5/1939 contra o primeiro e Nazaré. Pelo menos estes dois parecem não ter chegado a ser capturados porque continuavam "fora do país" um e "em parte incerta" outro.

Assim mesmo não obstante os autos mostrarem que Nazaré aparecera após o julgamento e pagara a multa em meados de Julho, frequentando também a *Seara Nova* e aí falando várias vezes com

<sup>(23)</sup> Tal impacto repercutia ainda com o ambiente do pós-guerra e do MUD, havendo então tentativas ou pelo menos desejos de fazer renascer o jornal, como se verifica por uma carta de António Lobo Vilela, em 23/10/1945, para Manuel Monteiro.

Câmara Reys, a ajuizar por cartas deste e Joaquim de Carvalho a Armando Cortesão, e a este enviadas em Agosto e Setembro de 1934 a propósito de um livro dele, cuja edição fora interrompida pela recente extinção da Imprensa da Universidade e transferida para aquela revista, as quais foram publicadas por Peixoto. Mais: Cândido Nazaré figura mesmo numa fotografia de todo o pessoal da Imprensa da Universidade, tirada logo em 31/8/1934. O próprio Cândido Nazaré o confirmou na sua já citada correspondência dessa época para Manuel Monteiro, onde também refere na carta de 24/7/1934 já ter estado com o "Xico Caetano" e outros dos foragidos, afirmando igualmente que os presos nos Açores ainda não haviam regressado, ao que se dizia por o governo não ter querido pagar as passagens. Falando de si mesmo, começava por escrever: "Cá estou em Coimbra desde 6.- feira, tendo sido cumprimentado por centenas de pessoas. E na Imprensa, onde constava ser mal recebido por causa da extinção da Imprensa, fui cumprimentado por todo o pessoal sem excepção". Trabalho é que não consegui encontrar durante vários anos, como o mostram as cartas já mencionadas e também várias outras posteriores, todas dirigidas a Manuel Monteiro.

Outros equívocos permanecem aliás na troca de epístolas da PVDE e da sua sucessora PIDE com o Tribunal Militar Especial, ainda vários anos depois, quanto à efectivação posterior dessas capturas ou não (e parece que não), incluindo o extravio de um outro processo concernente. Mas João Gomes Júnior fora na verdade preso, vindo a ser libertado em 8/11/1937. E logo após a sua fuga e as dos filhos, seguidas das prisões destes, a esposa ter-se-á visto mesmo forçada, por falta de todos estes apoios, a encerrar a mercearia, convocando os credores<sup>(24)</sup>.

Como se tudo isto não bastasse, até vítimas indirectas resultaram da repressão à volta de *A Verdade*. É o que aconteceu com um alferes de nome Sabino, aquartelado em Aveiro e que era proprietário de um jornal em Pinhel, no qual pretendia transcrever um trecho de *A Verdade* que punha em dúvida "os merecimentos do Sr. Ministro das Finanças". A Censura não só o impediu como desencadeou procedimentos que terão levado o ingénuo alferes a

(24) Veja-se *Gazeta de Coimbra*., n.1- 3117, 25/11/1933, p. 4.

sofrer vários dias de prisão disciplinar....<sup>(25)</sup>. Pelo tema e pela data, tratar-se-ia por certo de um artigo publicado no n.º 5 do incómodo órgão clandestino e intitulado "As burlices financeiras do Sr. Salazar apreciadas pelo Dr. Afonso Costa".

Entretanto, a luta contra o regime, já então caracterizadamente fascista, continuava e continuaria por várias formas, das mais grandiosas às mais modestas. Incluindo os novos números de *A Verdade* que ainda saíram após a queda da tipografia em Coimbra e até - a seguir ao julgamento, modestíssimamente embora mas contra eventuais e inaceitáveis esbulhos complementares das apreensões efectuadas - um requerimento da cunhada de Cortesão para que lhe fosse devolvido o seu automóvel, de que esteve privada mais de vinte meses, o que foi deferido por não se ter provado que soubesse os fins para que fora utilizado, e um outro, imediato, do professor Álvaro Viana de Lemos. Nada tendo a ver com o processo, vinha Viana de Lemos solicitar a entrega de gravuras que lhe pertenciam e se encontravam na tipografia mercê de publicações pedagógicas que lá editara. Mereceu deferimento desde que o requerente fizesse prova da propriedade perante o comandante da PSP de Coimbra.

Tê-la-á feito, terá talvez ou não recebido os objectos pretendidos, mas poucos dias depois ele próprio passava a ter hospedagem nos calabouços daquele Comando e a seguir em Peniche, durante quase cinco meses. Sob o pretexto de ter dado um pequeno contributo financeiro para se substituir uma máquina apreendida ao igualmente já então clandestino jornal *A Batalha*, e à ordem da polícia política.

Esta não dava ponto sem nó.

Embora de modo diferente, o Povo Português também não, como foi mostrando por diversas formas nas décadas seguintes e se comprovou definitivamente quarenta anos depois.

**(25) Belisário Pimenta, *Memórias*, vol. 13.-, de 1933-937, pp. 95-96 (Fundo de Manuscritos Belisário Pimenta - BGUC).**

# A VERDADE

N.º 3

5 DE OUTUBRO DE 1933

O jornal mais avidamente lido em Portugal

## UNICO CAMINHO — UNICA DEFESA

Desde que se impôs ao Paiz a pena maxima do silencio e se converteu esta liada e risante faixa de terra, que vai de Melgaço, a Vila Real de Santo Antonio, num vasto e nullo *in pace* para jazida das liberdades publicas, a Verdade só podia apparecer como jornal clandestino.

Não tinhamos outro caminho, nem outra forma de reacção eficaz, dadas as condições de vil sujeição impostas pela força aos homens livres de Portugal.

Só assim podiamos dizer toda a verdade — a grande verdade que palpita e vibra doloridamente nos anseios da nossa consciencia, que sofre todas as violações que lhe impoem, mas não se acomoda, nem se resigna, não transige, nem pactua.

Hesitamos em seguir tal rumo?

Talvez; mas isso é o nosso caso intimo de consciencia, e que já tem formada, antes de qualquer outra, a nossa propria nota de culpa.

Socorrem os puritanos... Conhecemos muito bem os deveres que a nossa consciencia e dignidade de republicanos nos impoem, e desta lucta em que nos lançamos sairemos sem humilhação nem vergonha:

O maior dos deveres é assumir, na hora propria, toda a responsabilidade do que aqui se escreve. Não faltaremos a ele. Socorrem e contem in os puritanos, apáticos e indifferentes à passagem de carros e carretas...

Nós é que já não podemos sofrer por mais tempo em inerte e mudo ruido.

Já basta de atropelamentos...

A Verdade só é jornal clandestino.

recolher todos estes elementos de investigação para iniciar a organização do *Processo Publico da Ditadura*. Isto é que era urgente organizar, para o ter concluso, quanto antes, e entrega-lo, na hora proxima do resgate, à única Soberania legitima e intangivel que reconhecemos — a Soberania da Nação. E ela nos julgará a todos...

Se a constituição juridica do estado novo, que para si se votou ha nos quattor m-ezes, em caricatural arrêmedo de

Conseguimos obter, por intermédio de um amigo do Dr. Afonso Costa, uma reprodução das declarações que elle fez ao correspondente do *Primeiro de Janeiro* e que a censura não deixou sair, não obstante o presidente do ministerio ter declarado solenemente, com a maior das hipocrisias, que permite e deseja a discussão doutrinal. Eis a parte dessas declarações que se refere à administração financeira do Sr. Salazar:

No orçamento agora publicado há já um deficit, implicitamente confessado,

alcançado, chamo eu o *equilibrio que monta*. Quando eu estive dirigido as finanças, *consu-gui o equilibrio que salta* e com um *superavit* rial, cortando despesas e ainda *extinguindo ou diminuindo alguns impostos*. Se não tivessas vindo a Guerra e esta politica continuasse, Portugal seria hoje um dos paizes da Europa com as melhores e mais sãs finanças e com um desenvolvimento economico verdadeiramente admiravel, tanto no continente como no Ultramar.

portos e outros fins especiais, o aplicou os ás despesas correntes, isto é, à manutenção do actual regime politico, ou, como elle agora explica, à diminuição provisoria da divida flutuante, graças à escrituração do produto desses empréstimos em operações de tesouraria... *querer dizer: voltamos ás contas de saço!* Deve ter russuscitado no Ministerio das Finanças o Carrilhoi...

O Ministro bem sabia que não podia equilibrar os orçamentos pelo simples meio mortifero da agravação excessiva dos impostos sem diminuir, antes mantendo ou aumentando largamente, as despesas, sobretudo as improduttivas. E por isso, logo no seu decreto n.º 15.465 de 14 de Maio de 1928, ele se havia sangrado em saude, declarando *extraordinarias* as despesas com a restauração da economia nacional e fomento economicos e com a defesa da ordem publica em circunstancias excepcionais.

Estava alerta a porta para os falsos equilibrios dos orçamentos e das contas, visto a imprecisão e a elasticidade destas palavras. Não contento em ellas, o Ministro inseriu, no art. 67.º da nova Constituição, que por encanto só sobre para o Governo se dizer *legalmente autorizado* para fazer tudo quanto quer) a regra dos empréstimos podem destinar-se a applicações *extraordinarias* em fomento economico, aos aumentos do patrimonio nacional e ás necessidades de defesa e salvação publicas! Tudo lá cabe dentro!

Restabelecida ou alargada desta maneira a distincção entre despesas e receitas ordinarias e extraordinarias, e de-

## As burlescas financeiras do Sr. Salazar apreciadas pelo Dr. Afonso Costa

### 5 DE OUTUBRO DE 1933

PELA LIBERDADE!

PELA REPUBLICA!

*Hoje, como há 23 anos, um brado fervoroso se ergue, de norte a sul do paiz.*

— VIVA A REPUBLICA!

*Hora de sofrimento, hora de trabalho.*

*A Republica vive, inoculada, no coração do povo. A chama fulgurante da Liberdade envolve-a num esplendor eterno. Diladava? Crepusculo passageiro, tormenta acumulada pelos ventos da fraqueza e da traição.*

*A dor embrece fecunda os ideais que impoem a humanidade, na jornada espirital dos seculos, a dar combate implacavel à mentira, ao erro, à opressão, à injustiça.*

*As prisões em massa, o degredo, a fome, os torturas reanimaram o sentimento republicano, depuraram as antigas fileiras, descobriram os raros acomodaticios e covardes que no nosso campo se tinham instalado, a coberto de camaradas e de companheiros.*